



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001636-30.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes de Trânsito**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Renildo do Carmo Rios**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

RENILDO DO CARMO RIOS, qualificado nos autos, foi denunciado e está sendo processado como incurso no artigo 306 da Lei 9.503/97 porque, no dia 1º de abril de 2012, por volta de 0h16min, na rodovia Washington Luís, km 249, neste município de Ibaté, conduzia o veículo GM Celta, cor preta, placas KJY-1143, na via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool.

A denúncia foi recebida em 20 de setembro de 2013 (fls. 26).

Resposta à acusação a fls. 32/38.

No curso da instrução processual procedeu-se à oitiva de duas testemunhas e ao interrogatório (fls. 53 e 72/73).

Nas alegações finais, a Dra. Promotora requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 77/79). A Dra. Defensora, por sua vez, pugnou pela improcedência (fls. 83/88).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação penal é procedente.

Diante de todo o conjunto probatório dos autos, em especial a prova testemunhal colhida sob o crivo do contraditório, corroborando a prova produzida na fase inquisitorial, estão provadas a autoria e a materialidade dos fatos narrados na denúncia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Interrogado em Juízo, o réu confirmou que conduzia seu automóvel após ingerir cerveja e vinho (fls. 53).

O fato de o acusado estar dirigindo alcoolizado está comprovado nos autos, conforme pode ser observado pelo exame de dosagem alcoólica de fls. 9, que concluiu que a quantidade de álcool etílico existente no sangue do réu era de 0,73 grama por litro, montante superior ao definido no tipo legal descrito no artigo 306 do Código de Trânsito.

A prova oral colhida também confirma os fatos narrados na denúncia.

Os policiais militares Danilo Fernandes Ferreira e Glauco Doin disseram que na data mencionada na denúncia empreendiam operação na rodovia quando surpreenderam o acusado conduzindo o veículo embriagado.

É o suficiente para a condenação, anotando-se que consoante consta da r. decisão de fls. 47/48, no tipo penal em análise, basta que se comprove que o acusado conduzia veículo automotor, na via pública, apresentando concentração de álcool no sangue igual ou superior a 6 decigramas por litro para que esteja caracterizado o perigo ao bem jurídico tutelado e, portanto, configurado o crime.

Impõe-se, portanto, a condenação do acusado por infração ao artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

Passo, então, a dosar a pena.

Observando as circunstâncias judiciais previstas nos artigos 59 e 60 do Código Penal, fixo a pena-base no mínimo legal, isto é, em 6 (seis) meses de detenção, suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor por 2 (dois) meses e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Reconheço, em favor do acusado, a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução da pena, já definida no mínimo.

Torno-a definitiva ante a ausência de outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento.

Fixo multa mínima, tendo em vista a capacidade econômica do agente.

Nos termos do artigo 33, parágrafo 2º, alínea “c”, do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da reprimenda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e **condeno** o réu RENILDO DO CARMO RIOS, filho de Miraldo Carneiro Rios e de Arlinda Ribeiro do Carmo, por infração ao artigo 306 da Lei 9.503/97, ao cumprimento, em regime aberto, de 6 (seis) meses de detenção, suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor por 2 (dois) meses e pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada.

Presentes os requisitos enumerados no artigo 44 do Código Penal, sem prejuízo da multa e da suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo.

Autoriza-se recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Providencie-se o necessário.

Expeça-se certidão de honorários à advogada nomeada, nos termos do convênio DPE/OAB-SP.

P.R.I.

Ibaté, 26 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**